



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 23 a 27 de julho de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO



1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Proposta cria acesso público a dados de condenado por pedofilia](#)

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8799/17, do deputado Francisco Floriano (DEM-RJ), que cria acesso público a informações sobre condenados por pedofilia e crimes relacionados. Pelo texto, o cadastro deverá ter informações sobre nome completo; endereços residencial e de trabalho; crime pelo qual foi condenado; e fotografia do pedófilo.

[Deputado quer suspender intervenção federal no Rio de Janeiro por 90 dias](#)

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo 932/18, do deputado Capitão Fábio Abreu (PR-PI), que suspende por 90 dias os efeitos da intervenção federal no Rio de Janeiro. Pelo texto, o prazo deverá começar a contar quando a proposta virar norma. O Decreto 9.288/18 estabelece intervenção federal até o dia 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de acabar com o grave comprometimento da ordem pública do estado do Rio de Janeiro.

[Projeto cria incentivos para investimentos privados na área de segurança pública](#)

Está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8822/17, do deputado Roberto Alves (PRB-SP), que autoriza o financiamento privado para a área de segurança pública, por meio de fundos específicos de investimento. Inspirados na Lei Rouanet (Lei 8313/91), que incentiva o financiamento da área de cultura, esses fundos, compostos por doação ou patrocínio de pessoas físicas ou jurídicas, deverão injetar recursos em projetos de pesquisa e tecnologia para desenvolvimentos de armas e equipamentos, atividades de relacionadas às boas práticas de policiamento, resolução de conflitos e controle social democrático, entre outros.

[Hospitais podem ter que disponibilizar identificação digitalizada de recém-nascidos a autoridade policia](#)

Os hospitais poderão ter de informatizar a identificação do recém-nascido, feita por meio da impressão plantar e digital, e a da mãe, pela digital, e disponibilizá-las para acesso de autoridade policial e do Ministério Público, independentemente de autorização judicial. É o que prevê projeto de lei do Senado (PL 9434/17) em análise na Câmara dos Deputados analisa. O texto exige, porém, que haja procedimento administrativo devidamente instaurado.

[Projeto retira exigência de dedicação exclusiva para que servidor penitenciário porte arma](#)

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 9424/17, que permite aos servidores penitenciários portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam sujeitos à formação funcional e subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno. Apresentada pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), a proposta



altera o Estatuto do Desarmamento (10.826/03), que hoje autoriza aos agentes penitenciários e guardas prisionais o porte de armas de fogo mesmo fora do ambiente de trabalho, desde que estejam submetidos ao regime de dedicação exclusiva.

Proposta disciplina uso de drones por órgãos de segurança pública

A Câmara analisa projeto de lei do Senado que disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados (Vants), também conhecidos como drones, por órgão de segurança pública (PL 9425/17). Pela proposta, esses órgãos deverão priorizar o emprego de Vants capazes de armazenar e transmitir imagens nas atividades de investigação e de policiamento ostensivo, desde que respeitadas a vida, a integridade física, a intimidade, a privacidade e a imagem das pessoas.

Projeto regulamenta prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças

A Câmara dos Deputados analisa proposta que regulamenta a conversão da prisão provisória em prisão domiciliar para gestantes, mães de crianças de até 12 anos, ou que tenham a guarda de pessoas com deficiência. Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal concedeu o benefício às detentas nessas condições. O projeto de Lei 10.269/18, do Senado, amplia o benefício ao propor que as condenadas em sentença irrecorrível gestantes ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência tenham acesso mais fácil à progressão de regime – saiam do encarceramento para semiaberto ou aberto.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

Não há eventos previstos.

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/560599-AGENDA-DASEMANA.html>

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

Eleições 2018: saiba o que candidato e eleitor podem e não podem fazer durante o período de campanha

Candidatos e eleitores devem respeitar **regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral** a partir do próximo dia 16, data em que estará liberada a propaganda eleitoral, conforme resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso contrário, estarão sujeitos a multas e até a cassação do mandato, no caso dos eleitos.

Em 7 de outubro, brasileiros vão às urnas escolher candidatos a presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital. Onde houver segundo turno, a campanha nas ruas vai até 27 de outubro, na véspera da votação (28, domingo).

Veja abaixo um resumo do que podem e não podem fazer candidatos e eleitores durante a campanha eleitoral deste ano:



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 30 de julho de 2018.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES E ESTRATÉGICAS PARA A FENEME NO ÂMBITO DOS PODERES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES, ESTÃO SENDO REPASSADAS VIA RELATÓRIOS E COMUNICAÇÕES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS.